

## DESMISTIFICANDO A ESCOLHA DO TEMA DO TCC

### DEMYSTIFYING THEME CHOICE LABOR COURSE COMPLETION

*“Há uma idade em que se ensina o que se sabe;  
mas vem em seguida outra, em que se ensina o  
que não se sabe: isso se chama pesquisar”.*

Roland Barthes<sup>1</sup>

---

**Alexandre Botelho<sup>2</sup>**

---

#### RESUMO

No presente artigo busca-se apresentar como atitudes científicas podem facilitar a escolha de um tema de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso de Direito. Pretende-se responder ao problema: como escolher um tema de pesquisa? A hipótese sustentada é de que o aluno deverá incorporar atitudes científicas que o permitam chegar, por conta própria, a um tema de pesquisa que guarde relação com o seu perfil pessoal, acadêmico e profissional e que, além da contribuição científica própria da pesquisa jurídica, o auxilie na inserção no mercado de trabalho, com a produção de trabalho que poderá ser utilizado posteriormente como uma espécie de “cartão de visitas” profissional, posto que sua produção jurídica foi a mais apropriada ao seu perfil.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Escolha. Tema. Trabalho de conclusão de curso.*

---

1 BARTHES, Roland. Aula. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 47. Ver também ALVES, Rubem. Livro sem fim. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 51.

2 Mestre em Ciência Jurídica (Univali) e Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina.

## ABSTRACT

This article seeks to present how scientific attitudes can demystify and facilitate the choice of a research topic for the labor course completion in Law. Seeks to respond the follow problem: how to choose a research topic? The sustained hypothesis is that the student should incorporate scientific attitudes that allow it to reach, on their own, a research topic that keeps relation with their personal, academic and professional profile and that, besides the own scientific contribution for legal research, auxiliary in your integration to the labor market, with the production of work that can be utilized as a kind of “business card”, due its legal production be the most appropriate to their profile.

**KEYWORDS:** *Choice. Topic. Labor course completion.*

## I INTRODUÇÃO

Com a aproximação do fim do curso de graduação em Direito surge à preocupação quanto à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual tem como base legal o art. 10, da Resolução n. 9, de 29/09/2004, do CES/CNE<sup>3</sup>, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Graduação em Direito.

Antes de iniciar a disciplina Projeto de Pesquisa, ou outra denominação similar, é comum o aluno procurar um professor da área de seu interesse e solicitar a indicação de um *tema* para a realização da futura pesquisa científica. Mas será este o percurso mais indicado neste momento? O presente artigo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: *como escolher o tema do TCC?* Sendo oportuno salientar que, ao buscar um *tema* para a realização de seu TCC, o aluno visa encontrar respostas para um conjunto mais amplo do que apenas um *tema de pesquisa*, conforme será demonstrado a seguir.

A experiência recomenda não considerar a hipótese da *indicação* de tema como a mais apropriada (no sentido de um professor ou outro agente com mais conhecimento que o aluno, apresentar uma ideia relativamente delimitada, como referência da futura pesquisa)<sup>4</sup>. Os motivos desta inadequação serão apresentados quando do desenvol-

---

3 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2004, Seção 1, p. 17 e 18. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces092004direito.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

4 Ver ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 6.

vimento da hipótese aqui sustentada, qual seja, a de que o aluno, para encontrar um tema para sua futura pesquisa jurídica, deverá desenvolver *atitudes científicas* e encontrar, com esforço próprio, o *seu* tema de pesquisa. Em sentido contrário, Antônio Carlos Gil recomenda, com ressalvas, a consulta e sugestão de *temas de pesquisa*, com fundamento na experiência do professor e na in experiência do aluno<sup>5</sup>.

O *tema de pesquisa* é o *assunto*, o *tópico de estudo*, uma parte bem delimitada da *linha de pesquisa*, que se pretende ampliar os estudos já realizados e, efetivamente, pesquisar sobre. Não se confunde nem com o título do futuro trabalho, que pode ser mais ou menos amplo, mais ou menos conciso, nem com o *objeto de pesquisa*, que deverá ser menos amplo que o *tema de pesquisa*. A escolha do *tema de pesquisa* envolve a seleção de um assunto apropriado às inclinações, possibilidades, aptidões e tendências do pesquisador<sup>6</sup>.

Antes de apresentar as atitudes científicas que podem auxiliar na identificação do tema da pesquisa, faz-se necessário tecer algumas considerações de ordem prática e acadêmica a respeito desta tarefa. De ordem prática, pois acredita-se que a pesquisa científica deve guardar forte relação com o perfil profissional pretendido pelo aluno. O curso de Direito oferece uma grande variedade de atividades que podem ser desenvolvidas após a conclusão do curso, que vão desde as profissões jurídicas tradicionais (advocacia, magistratura, promotoria de justiça, policial) até áreas recentes e pouco exploradas (consultorias, perícias, conciliação e mediação, arbitragem, síndico profissional, direção de entidades, sindicatos etc.). Quanto ao viés acadêmico, entende-se que a pesquisa a ser realizada precisa guardar uma relação de *conforto epistemológico*, ou seja, o aluno deve possuir um conhecimento primário, mínimo, acerca do tema a ser desenvolvido.

## 2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Todos os setores do conhecimento humano e científico, por questões (meramente) didáticas, são divididos em espaços menos amplos, que formam o que se costuma designar por *ramos*, assim,

---

5 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 60.

6 Cf. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 158.

é usual “dividir” o estudo do Direito em público, social e privado (sem desconsiderar todo o debate que envolve essa divisão, a mesma é utilizada aqui para fins meramente explicativos). Sem adentrar nessa discussão (que não é o objetivo do presente artigo), é possível, e usual, reduzir ainda mais a dimensão conceitual desses *ramos* do direito, como se dá no caso do Direito Público, que pode ser *dividido* em constitucional, processual, penal, ambiental etc. Ou no caso do Direito Civil, que pode ser *dividido* em negócios jurídicos, obrigações, família, sucessões etc.

Uma área é um espaço aberto ou campo, delimitado por algo maior que ele ou contido no interior de algo que tenha maior âmbito. Se essa área é **de concentração**, deve agrupar ações e fazê-las convergir para um centro, de modo a adensar, fortalecer ou tornar mais ativo determinado domínio de conhecimento. Assim, uma **área de concentração** deve compreender um campo bem delimitado de certo(s) ramo(s) de conhecimento(s), atividade(s) ou competência(s)<sup>7</sup>.

O primeiro passo na escolha do tema, portanto, consiste em identificar a *área de concentração* na qual a pesquisa será desenvolvida. Cada Instituição de Ensino Superior (IES) possui autonomia para agrupar e denominar as áreas de concentração que mais se adequam ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a missão, visão e estrutura curricular. Apesar de tais valores não serem evidentes ao aluno quando de seu ingresso na IES, são eles que nortearão as atividades desenvolvidas ao longo do curso e determinarão as áreas de concentração das pesquisas desenvolvidas naquela IES, razão pela qual se recomenda uma pesquisa e estudo do PPC do curso, de forma a identificar as áreas de concentração de cada IES.

Admitida à premissa apresentada acima, de que o primeiro passo na identificação do tema de pesquisa do TCC é identificar a *área de concentração*, apresentam-se as *atitudes científicas* que devem ser empreendidas com a finalidade de identificar a área de concentração mais *apropriada* para a futura pesquisa. Mais *apropriada* porque acre-

7 BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Em busca do conceito de linha de pesquisa. Rev. Adm. Contemp. [online]. 2003, v.7, n.2, p.157-170. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000200009>>. Acesso em: 02 jul. 2016. O negrito consta no original.

dita-se que não há fórmula mágica que assegure a perfeita adequação das atitudes científicas descritas a seguir.

Escolher um tema significa levar em consideração fatores internos e externos. Os internos consistem em: a) selecionar um assunto de acordo com as inclinações, as aptidões e as tendências de quem se propõe a elaborar um trabalho científico; b) optar por um assunto compatível com as qualificações pessoais, em termos de background da formação universitária e pós-graduada; c) encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa. Os externos requerem: a) a disponibilidade do tempo para realizar uma pesquisa completa e aprofundada; b) a existência de obras pertinentes ao assunto em número suficiente para o estudo global do tema; c) a possibilidade de consultar especialistas da área, para uma orientação tanto na escolha quanto na análise e interpretação da documentação específica<sup>8</sup>.

Para identificar a área de concentração da pesquisa científica a ser realizada, o aluno deve fazer um exercício de introspecção, ou seja, refletir metodicamente sobre suas experiências profissionais e pessoais passadas, presentes e futuras. É provável que alguém que tenha ingressado no curso de Direito com a finalidade de conquistar um espaço profissional determinado, identifique-se e dedique-se com mais afinco às disciplinas afins ao espaço profissional que pretende ocupar futuramente. Essa *identificação* ocorre com a aquisição de obras, leitura de artigos sugeridos pelos professores, estudo das leis que regulamentam a matéria e acompanhamento das decisões judiciais sobre esses assuntos.

Quanto ao passado, deve encontrar respostas (provisórias ou não) aos seguintes questionamentos: por que ingressou no curso de Direito? Quais as disciplinas jurídicas que mais se identificou e se dedicou ao longo do curso? Quais as *obras jurídicas* (livros, artigos, leis e decisões judiciais) que mais receberam sua atenção, estudo e esforço durante a realização do curso?

Quanto ao presente, o aluno deve se questionar a respeito do tempo disponível para estudar as obras jurídicas necessárias à formação de um conhecimento jurídico que ofereçam um *conforto epis-*

---

8 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 44-45.

*temológico* necessário ao empreendimento de uma pesquisa jurídica. Qual a motivação pessoal ou profissional para enfrentar este desafio? O material necessário (obras jurídicas) está disponível?

Cabe consignar que a pretensão atual do aluno pode ser muito diferente daquela que o motivou a ingressar no curso de Direito. Muitos são os conhecimentos, disciplinas e possibilidades descobertas ao longo do curso. Assim, alguém que tenha mudado sua pretensão profissional após a realização de uma disciplina, ou de alguma experiência pessoal ou profissional, deve se perguntar, com mais ênfase e sinceridade, sobre os elementos necessários à realização da futura pesquisa jurídica. Deve responder se possui a motivação, o tempo e o material necessário para a mudança de rumos que pretende empreender. Uma resposta negativa a segunda ou terceira pergunta (tempo e material) deveriam recomendar a manutenção da área de concentração original. A resposta negativa ao primeiro questionamento (motivação), de ordem pessoal, admite a possibilidade de alteração da área de concentração da pesquisa, desde que se esteja disposto a alterar esse quadro subjetivo negativo (encontrar motivação para os estudos que se seguirão).

Quanto ao futuro, consiste em identificar possíveis áreas de atuação profissional que se encontrem em consonância com os projetos e objetivos pessoais/profissionais. Evidentemente que não se está recomendando que o jovem acadêmico do curso de Direito estabeleça, neste momento, a atividade profissional que irá desenvolver ao longo de toda a sua vida. O que se está a sugerir é que se identifique uma área de atuação profissional, com a qual acredite que pode se realizar profissional e pessoalmente em um futuro próximo.

Para a identificação desta área de atuação, uma série de elementos pode, e deve ser considerada. Experiências profissionais ao longo do curso, tais como estágios, serviços voluntários, atividades de extensão, *workshops*, entre outros, auxiliam o jovem acadêmico nesta (nada fácil) tarefa. Aspectos familiares também colaboram neste momento. A experiência profissional de familiares, amigos e conhecidos, com seus sucessos e fracassos, avanços e retrocessos, permitem que se forme uma espécie de quadro mental da área de atuação em que pretende se inserir.

A escolha do tema para uma pesquisa deve estar condicionada à existência, principalmente, de três fatores: O primeiro é que o tema deve responder aos interesses de quem investiga. De nada adianta, por exemplo, para um estudante, escolher um tema de questões metafísicas se estas não despertarem seu interesse. O segundo fator é a qualificação intelectual de quem investiga. O pesquisador deve se propor temas que estejam ao alcance da sua capacidade e do seu nível de conhecimento. É aconselhável escolher temas dentro do contexto teórico que mais se domina. É necessário compatibilizar a capacidade do investigador com as fontes disponíveis. O terceiro é a existência de fontes de consulta que estejam ao alcance do pesquisador<sup>9</sup>.

Uma visão clara sobre a futura área de atuação permite que o aluno combine seus estudos e a pesquisa jurídica a ser realizada, com o desenvolvimento profissional futuro, podendo, inclusive, o TCC servir como uma espécie de cartão de visitas, revelando um conhecimento qualificado no mercado de trabalho a respeito daquela área de concentração. Sob um viés prático, esta tarefa permitirá que o aluno desenvolva uma pesquisa jurídica que o qualificará e facilitará sua inserção no mercado de trabalho, posto que a pesquisa lhe proporcionará um conhecimento sólido e exclusivo na área profissional que pretende atuar.

### 3 LINHA DE PESQUISA

Identificada a *área de concentração*, não menos importante, neste momento, é realizar um esforço de precisão quanto a sua delimitação, a qual resultará na identificação da *linha de pesquisa*.

Desse modo, para definir uma **linha de pesquisa**, poderíamos adotar o conceito de um traço imaginário que: [a] determina o **rumo**, ou o que será investigado num dado contexto ou realidade; [b] limita as fronteiras do **campo específico do conhecimento** em que deverá ser inserido o estudo; [c] oferece **orientação teórica** aos que farão a busca; e [d] **estabelece os procedimentos** que serão considerados adequados nesse processo<sup>10</sup>.

---

9 KÖCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 128.

10 BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Em busca do conceito de linha de pesquisa. *Rev. Adm. Contemp.* [online]. 2003, v.7, n.2, p.157-170. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000200009>>. Acesso em: 02 jul. 2016. O negrito consta no original.

Mais uma vez, o exercício de imaginar a futura área de atuação profissional será bastante útil. Insiste-se que se trata de mero exercício teórico/reflexivo, e que não obrigará o aluno a exercer, no futuro, esta profissão, mas permitirá que o mesmo tire o maior proveito possível da atividade de pesquisa científica que precisa realizar para concluir o curso de Direito.

Tome-se como exemplo um aluno que identifique sua área de atuação profissional futura com a advocacia. Trata-se de atividade das mais nobres e exigentes, e que possuiu um número significativo de campos *específicos* de conhecimento, isto é, de áreas *específicas* de atuação que exigem um conhecimento amplo das obras jurídicas que servem de apoio e orientação às atividades desenvolvidas nesta área. Aqui o aluno deve identificar, dentre todas as áreas possíveis de atuação do profissional da advocacia, aquela com a qual mais se identifica, levando em consideração as observações feitas acima (passado, presente e futuro), de modo a estabelecer, com a precisão necessária ao objetivo traçado, escolher o tema do TCC.

Prosseguindo no raciocínio especulativo de atitudes científicas que auxiliarão na definição do tema da pesquisa, suponha que o aluno estabeleça que sua área de atuação será a advocacia, ainda assim é necessário reduzir o seu campo *específico* de atuação (nada impedindo que, no futuro, o mesmo amplie ou até mude esse campo *específico* de atuação). Para isto, o aluno precisará identificar um *ramo* jurídico daquela *área de concentração* (por exemplo, o Direito Privado ou Direito Civil), de forma a estabelecer, com mais precisão, seu futuro tema de pesquisa.

A título de exemplo, considere-se um advogado que atue na *área de concentração* do Direito Civil. Ocorre que esta área de concentração é relativamente ampla, e envolve assuntos que vão das capacidades ao direito sucessório, passando pelos negócios jurídicos, obrigações, família etc. Para a realização de uma pesquisa jurídica é necessário delimitar e precisar exatamente sobre qual desses *campos específicos de atuação* a pesquisa se debruçará. A delimitação do campo *específico* de atuação permitirá que o aluno encontre a sua *linha de pesquisa*.

Recapitulando o que até aqui foi explanado, o primeiro passo é identificar a *área de concentração*, seguindo-se uma delimitação ou recorte mais profundo e preciso da área de concentração, que ainda é

bastante ampla, ou seja, busca-se, agora, por meio do segundo passo, estabelecer a *linha de pesquisa*. Se seguiu corretamente os passos sugeridos, é provável que o aluno tenha obtido algo do tipo: *área de concentração*: Direito Civil, *linha de pesquisa*: Direito de Família, ou *área de concentração*: Direito Público, *linha de pesquisa*: Direito Constitucional.

Mesmo após a identificação da *área de concentração* e da *linha de pesquisa*, existe um espaço relativamente amplo de objetos de estudo. Por exemplo, o Direito de Família dispõe sobre assuntos que vão desde o casamento, filiação, divórcio, guarda, alimentos etc., cada um deles com teorias, conceitos e legislação específica. Assim, surge a necessidade de mais uma delimitação em relação ao assunto que será pesquisado, com a identificação do *tema de pesquisa*, que será examinado com mais atenção no próximo tópico.

#### 4 TEMA DE PESQUISA

Após assumir as *atitudes científicas* descritas acima, a *área de concentração* e a *linha de pesquisa* devem estar claramente estabelecidas. Ocorre que é imperioso reduzir ainda mais o campo de conhecimento sobre o qual se debruçará a pesquisa jurídica. A delimitação do campo de conhecimento estabelecido na linha de pesquisa é o que se costuma designar como *tema de pesquisa*, que pode ser esquematicamente apresentado da seguinte maneira: *área de concentração* → *linha de pesquisa* → *tema de pesquisa*. Segundo Eco, existem cinco regras para a escolha do tema de pesquisa:

- 1) Que o tema responda aos interesses do candidato (ligado tanto ao tipo de exame quanto às suas leituras, sua atitude política, cultural ou religiosa).
- 2) Que as fontes de consulta sejam acessíveis, isto é, estejam ao alcance material do candidato;
- 3) Que as fontes de consulta sejam manejáveis, ou seja, estejam ao alcance cultural do candidato;
- 4) Que o quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do candidato. [...] Poderemos acrescentar uma quinta regra: que o professor seja adequado. Com efeito, há candidatos que, por razões de simpatia ou preguiça, querem fazer com o docente da matéria A uma tese que em verdade é da matéria B. O docente aceita (por simpatia, vaidade ou desatenção) e depois não se vê à altura de seguir a tese<sup>11</sup>.

11 ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 6.

O que aqui se denominou de *área de concentração* (por exemplo, o Direito Privado ou o Direito Civil), demanda uma redução/limitação, já que este possui uma série de possíveis *linhas de pesquisa*, tais como empresarial, negócios jurídicos, obrigações, família, sucessões, posse e propriedade etc. Ocorre que, mesmo a *linha de pesquisa* ainda é relativamente ampla para a exata compreensão daquilo que se pretende investigar na pesquisa jurídica a ser realizada.

Agora o aluno deve reduzir, mais uma vez, o assunto de sua pesquisa, ou seja, identificar o seu *tema de pesquisa*, que consiste em um *tópico* da linha de pesquisa, que reúne um conjunto de conhecimentos jurídicos unidos por princípios, teorias, conceitos, categorias, expressões e termos comuns, utilizados por autores, legisladores, juízes e demais formadores de conhecimento jurídico naquela área de conhecimento.

Pedindo desculpas pela repetição, descreve-se novamente os passos necessários a identificação do tema de pesquisa: o primeiro passo é identificar a *área de concentração*, seguida da especificação da *linha de pesquisa*. Um aluno que possui como *área de concentração* o Direito Privado ou Direito Civil, e como *linha de pesquisa* o Direito de Família, pode possuir como *tema de pesquisa* qualquer um dos tópicos ou assuntos dessa linha de pesquisa, como o casamento, a filiação, o divórcio, a união estável etc.

Ocorre que, como dito ao início, quando o aluno está à procura de um *tema de pesquisa*, na verdade está em busca de algo muito mais profundo, e delimitado. Daí que se exige um novo *afunilamento* no *tema de pesquisa*, um novo recorte ou delimitação, que conduzirá o aluno ao que se denomina *objeto de pesquisa*, que será examinado a seguir.

## 5 OBJETO DE PESQUISA

Acontece que, estabelecido o *tema de pesquisa*, o mesmo ainda é considerado relativamente amplo em relação ao campo de conhecimento que se pretende investigar durante a pesquisa científica, razão pela qual é altamente recomendável seguir a orientação de Wayne Booth, Gregory Colomb e Joseph Williams, quando indicam que o *tema de pesquisa*<sup>12</sup> é equivalente a um *tópico amplo*, que deve ser reduzido a um *tópico específico*, que aqui é denominado de *objeto de pesquisa*.

12 Cf. BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 45-58.

Retornando ao exemplo do aluno que identificou sua *área de concentração* com o Direito Privado ou o Direito Civil, sua *linha de pesquisa* com o Direito de Família, seu *tema de pesquisa* com o Casamento, ele deve agora delimitar ainda mais seu *tópico amplo* (tema de pesquisa) de conhecimento a um *tópico específico* (objeto de pesquisa), que pode ser a natureza jurídica, as formalidades, os impedimentos, a celebração, as provas etc.

Em resumo, a primeira etapa para a escolha do tema do TCC consiste em estabelecer a *área de concentração*, após tem-se como necessário sua delimitação, com a explicitação da *linha de pesquisa*, seguida da identificação do *tema de pesquisa* e sua redução a um *objeto de pesquisa* (conteúdo específico dentro do *tema de pesquisa*). Se observar corretamente as orientações acima, é provável que o aluno tenha estabelecido algo do tipo: Direito Civil, Direito de Família, Casamento, natureza jurídica do casamento. Esquemáticamente: área de concentração → linha de pesquisa → tema de pesquisa → objeto de pesquisa. Identificado o *objeto de pesquisa* surge a necessidade de explicitar algumas *delimitações* espaciais e temporais à futura pesquisa, tema do próximo tópico.

## 6 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A delimitação do tema é um assunto que, normalmente, costuma trazer preocupação ao pesquisador. Explica-se: muitos pensam que delimitar o objeto da pesquisa no espaço e no tempo não permitirá que desenvolva razoavelmente a pesquisa, ou que não haverá assunto suficiente para ser desenvolvido. Nada há de mais equivocado e falso quando se trata de pesquisa científica.

Dotado necessariamente de um sujeito e de um objeto, o tema passa por um processo de especialização. O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas na realização da pesquisa. Muitas vezes as verbas disponíveis determinam uma limitação maior do que o desejado pelo coordenador, mas, se se pretende um trabalho científico, é preferível o aprofundamento à extensão<sup>13</sup>.

---

13 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 218.

Desta forma, após identificar o *tema de pesquisa*, reduzi-lo a um *objeto de pesquisa* preciso, exige-se novo afinamento, de forma a tornar exequível a pesquisa a ser encetada<sup>14</sup>. A delimitação do tema se dá, nas seguintes dimensões:

Espacial: o pesquisador deve informar e justificar o espaço geográfico que sua pesquisa pretende cobrir. Por exemplo: uma pesquisa jurisprudencial que envolva a pesquisa de julgados relativos ao objeto da pesquisa. Sem a delimitação espacial, seria lícito a qualquer leitor, esperar que a pesquisa revelasse a posição jurisprudencial de todos os tribunais brasileiros ou mesmo de tribunais internacionais. Com a delimitação espacial do *objeto de pesquisa*, o pesquisador informa com antecedência ao leitor o limite espacial que sua pesquisa pretende alcançar. O estabelecimento desta delimitação não impede que o pesquisador cite, ao longo do relatório de pesquisa, julgados de outros tribunais de forma acessória e complementar;

Temporal: é recomendável, também, que o pesquisador informe e justifique, o período de tempo que será abrangido pela pesquisa. Da mesma forma que no aspecto espacial, aqui se exige uma delimitação no tempo da pesquisa. Por exemplo: indicar o período de tempo que se pretende investigar os julgados, *objeto de pesquisa*, no tribunal especificado. Também aqui, sem essa delimitação, poderá o leitor confrontar o resultado da pesquisa com uma decisão antiga ou muito recente, que pode prejudicar a conclusão obtida com a pesquisa.

Identificado e delimitado espacial e temporalmente o *objeto de pesquisa* surge a necessidade de conhecer em mais profundidade o centro da futura pesquisa, o que se dá por meio da *revisão bibliográfica*, tema do próximo tópico.

## 7 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Agora que já se estabeleceram algumas das *atitudes científicas* que devem nortear os primeiros passos na escolha do tema de pesquisa (área de concentração, linha de pesquisa, tema de pesquisa, objeto de pesquisa e delimitação do tema), é necessário fazer uma observação

---

14 Cf. PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 120.

relevante (muitos dirão óbvia): *pesquisa* não se confunde com *estudo*. O estudo antecede a pesquisa. Para realizar uma pesquisa é necessário possuir um conhecimento *razoável* da área de concentração, da linha de pesquisa, do tema de pesquisa e do objeto de pesquisa definidos.

A pesquisa desenvolvida por quem almeja ingressar na comunidade acadêmica necessariamente é uma pesquisa que deve percorrer os paradigmas anteriormente construídos. A pesquisa que queira apresentar novos paradigmas, de qualquer forma, terá que analisar os anteriores para contestá-los. Torna-se necessário, portanto, em qualquer pesquisa, revisar o que de mais importante foi escrito sobre tudo o que tangencia ao problema que se escolheu para concentrar os olhares da pesquisa<sup>15</sup>.

Um aluno que não conhece a diferença entre casamento, união estável e concubinato, não deve realizar uma pesquisa sobre esses temas. Da mesma maneira, quem não consegue identificar e distinguir os tipos de licitação das modalidades de licitação, não deveria aventurar-se nessa área.

Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, toma-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não “descoberta” de ideias já expressas, a não-inclusão de “lugares-comuns” no trabalho<sup>16</sup>.

Admitindo que o aluno possui um conhecimento *razoável* sobre o tema, isto é, que está em um espaço de *conforto epistemológico*, recomenda-se que ele proceda a uma *revisão bibliográfica*, que consiste, basicamente, em identificar as *obras jurídicas* utilizadas como referência teórica, legislativa e jurisprudencial de seu *objeto de pesquisa*.

O levantamento bibliográfico preliminar depende de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e o nível de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito. Não se pode definir de imediato que material deverá ser consultado. A experiência,

15 LAMY, Marcelo. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Elsevier, 2011, p. 43.

16 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 225.

porém, demonstra que é muito importante buscar esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito, bem como com pesquisas recentes que abordaram o assunto<sup>17</sup>.

A revisão bibliográfica deve abarcar *todas* as *obras jurídicas* disponíveis ao aluno e relacionadas com o seu *objeto de pesquisa*. A pesquisa é tarefa séria e comprometida com a produção de conhecimento jurídico especializado e que promova o progresso da comunidade acadêmica e que produza algum tipo de impacto social, exigindo comprometimento do pesquisador e empenho na sua tarefa. Uma adequada *revisão bibliográfica* deve estar pautada nas seguintes *atitudes científicas*:

- a) Identificar todas as obras jurídicas relacionadas com o tema de pesquisa;
- b) Ler e fazer fichamentos dessas obras (identificando princípios, conceitos, teorias, expressões e categorias);
- c) Identificar e registrar outras obras jurídicas empregadas e/ou citadas;
- d) Ler e fazer fichamentos das obras jurídicas empregadas e/ou citadas;
- e) Pesquisar e identificar, em revistas científicas reconhecidas academicamente e com conceito Qualis, artigos relacionados ao tema de pesquisa;
- f) Ler e fazer fichamentos desses artigos (identificando princípios, conceitos, teorias, expressões e categorias);
- g) Identificar e registrar obras jurídicas empregadas e/ou citadas nesses artigos científicos;
- h) Pesquisar e identificar, na *literatura cinzenta* (monografias, dissertações e teses), pesquisas relacionadas com o tema de pesquisa;
- i) Ler e fazer fichamentos desse material (identificando princípios, conceitos, teorias, expressões e categorias).

Os passos delineados acima permitem que o aluno elabore uma *revisão bibliográfica* preliminar, pois é muito provável que, ao longo

---

17 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 61.

da pesquisa, se depare com novas *obras jurídicas* que podem auxiliá-lo no desenvolvimento e prosseguimento da pesquisa.

Estabelecida a área de concentração, a linha de pesquisa, o tema de pesquisa, o objeto de pesquisa e feita sua delimitação espacial e temporal, consciente de que pesquisa não é estudo, mas exige um sólido estudo prévio da área, de forma a dominar seus princípios, teorias, conceitos, expressões e termos elementares, o que se dará com a elaboração da *revisão bibliográfica*, que permitirá ao aluno ficar a par do *estado da arte* naquele tema de pesquisa.

Após a etapa da revisão bibliográfica, realizadas as leituras e estudos recomendados, é provável que o aluno se sinta *desconfortável* com algumas soluções ou respostas fornecidas pelos autores, legisladores ou tribunais pesquisados. *Normalmente* é esse *desconforto* que auxiliará na identificação do *problema de pesquisa*. Aquela resposta fornecida pela doutrina, legislação ou tribunais, com as quais o aluno não concorda, ou *acredita* que pode encontrar uma resposta mais apropriada, mais eficiente, mais abrangente ou mais democrática, enfim, melhor que as respostas já fornecidas.

A revisão bibliográfica, além de instrumentalizar o aluno com as mais recentes teorias, princípios e conceitos relacionados com o seu objeto de pesquisa, ainda o auxiliará na próxima etapa, que é “a transformação do tema em problema [o qual] envolve intrinsecamente uma dificuldade teórica ou prática, para a qual deve-se encontrar uma solução . É o que será desenvolvido no próximo tópico.

## 8 PROBLEMA DE PESQUISA

O *problema de pesquisa* surge somente após um conhecimento razoável do *objeto de pesquisa*, ou seja, exige muita leitura e estudos prévios, sendo normalmente estruturado em forma de questionamento, de uma pergunta, que possua, ao menos em tese, uma resposta possível e adequada.

Em algumas ocasiões se verifica que as coisas não são tão simples, que existem afirmações discutíveis ou simplesmente falsas. Verifica-se que, em uma conversa qualquer ou numa determinada polêmica, existem declarações que são mais ou menos confiáveis. Isto pode ocorrer,

por exemplo, quando se descobre que uma pessoa relata ações que não há como comprovar, ou quando se compreende que são tomadas conclusões equivocadas, por haver confundido os termos de um problema ou por se basear em dados incompletos, aproximados ou equivocados<sup>18</sup>.

Tomando como exemplo o aluno que possui como *área de concentração* o Direito Civil, como *linha de pesquisa* o Direito de Família, como *tema de pesquisa* o Casamento e como *objeto de pesquisa* a Extinção do Matrimônio, seu problema de pesquisa poderia ser algo como: “o ordenamento jurídico brasileiro admite o instituto da separação judicial após a Emenda Constitucional n. 66 que suprimiu essa figura do texto constitucional?”.

[...] um problema é um enunciado ou uma fórmula; do ponto de vista semântico, é uma dificuldade, ainda sem solução, que é mister determinar com precisão, para intentar, em seguida, seu exame, avaliação crítica e solução<sup>19</sup>.

O problema de pesquisa é, portanto, uma dúvida científica séria, para a qual ainda não há uma resposta conhecida (ao menos pelo pesquisador), que demanda uma ampliação de sua base de pesquisa, de forma a produzir um relatório de pesquisa científica, pautado em metodologia apropriada, que revele sua capacidade de reflexão crítica, conexão de ideias e capacidade de argumentação e raciocínio.

[...] a pesquisa científica se inicia sempre com a colocação de um problema solucionável. O passo seguinte consiste em oferecer uma solução possível, mediante uma proposição, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. A essa proposição dá-se o nome de hipótese. Assim, a hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema<sup>20</sup>.

A identificação de um *problema de pesquisa* exige muito estudo e uma razoável bagagem teórica, de modo a permitir visualizar aquilo que outros não conseguem, transformar assuntos que podem parecer banais em pesquisas fecundas<sup>21</sup>. A formulação do problema é atividade científica que consiste em revelar semanticamente, de forma clara e

18 Cf. SABINO, Carlos. El proceso de investigación. 4. ed. Buenos Aires: Lumen Hvmanitas, 1996, p. 12.

19 ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre: Globo, 1973, p. 97.

20 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 31.

21 Cf. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 68-69.

explícita, compreensível e operacional, a dificuldade com a qual se defrontou ao longo dos estudos e que pretende resolver com a pesquisa, apresentando os limites da pesquisa e suas principais características, tornando-o individualizado, específico e inconfundível<sup>22</sup>.

Problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução. Definir um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema deve haver clareza, concisão e objetividade. A colocação clara do problema pode facilitar a construção da hipótese central. O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicações das variáveis que intervêm no estudo de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora<sup>23</sup>.

Marconi e Lakatos pedem atenção para a valoração dos seguintes aspectos relacionados ao problema de pesquisa: a) viabilidade (ser eficazmente resolvido através da pesquisa; b) relevância (capaz de produzir conhecimentos novos); c) novidade (adequação ao estágio atual da evolução científica); d) exequibilidade (permite chegar a uma conclusão válida); e) oportunidade (atender a interesses particulares e gerais)<sup>24</sup>.

A escolha de um tema deve basear-se nos critérios de relevância, exequibilidade e oportunidade, além de adaptabilidade em termos de conhecimentos do aluno sobre a área que o assunto se subordina. Por relevância entende-se que, além da importância científica do tema, o trabalho planejado deve apresentar alguma contribuição, em algum aspecto, para o esclarecimento ou enriquecimento de informações sobre o assunto tratado. No que diz respeito à exequibilidade, a possibilidade de acesso a uma bibliografia sobre o assunto é o primeiro requisito. [...] Outro fato que deve ser lavado em consideração é o tempo disponível para a execução do projeto, pois o trabalho deverá ser concluído dentro de prazos estipulados. A oportunidade acha-se, de certa forma, ligada à atualidade. [...] Alguns temas já estão superados e não apresentam interesse histórico ou documental<sup>25</sup>.

---

22 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 127.

23 Idem, p. 159.

24 Ibidem, p. 159-160.

25 ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. São Paulo: Atlas, 1995, p. 37-38.

A formulação do problema de pesquisa está vinculada a um processo criativo, não sujeito a procedimentos rígidos e sistemáticos, que surgem com a leitura, estudo e imersão sistemática no objeto de pesquisa, assim como na discussão com pessoas que possuem reconhecida experiência no campo de estudo<sup>26</sup>. É natural, mas não obrigatório, formular o problema de pesquisa em forma de pergunta. Esta se constitui na maneira mais simples e direta de estabelecer o problema de pesquisa, facilitando a compreensão de quem irá ler o resultado da pesquisa apresentado no TCC<sup>27</sup>.

Estabelecido e delimitado, de forma clara, concisa e exequível o problema de pesquisa, surge a necessidade de formular possíveis respostas para o problema identificado, que poderão ou não ser comprovadas ao longo da pesquisa<sup>28</sup>. A demonstração daquilo que se busca verificar com a pesquisa denomina-se de hipótese científica e será mais explicitada no próximo tópico.

## 9 HIPÓTESE(S)

A hipótese, ou hipóteses (que podem ser principal e secundária), revela uma resposta provisória, suposta e provável ao problema de pesquisa estabelecido<sup>29</sup>. Assim, antes mesmo de iniciar a pesquisa, deve-se propor uma explicação possível e viável ao *problema de pesquisa* apresentado, sugerindo uma relação possível entre os aspectos do fenômeno sob investigação, revelando-se como instrumento de trabalho do pesquisador<sup>30</sup>. A hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema de pesquisa<sup>31</sup>.

Não existem regras específicas para a formulação das hipóteses relativas ao problema de pesquisa estabelecido, mas exige-se embasamento teórico e que a hipótese seja formulada de maneira que possa servir de guia à atividade de pesquisa. O resultado final da pesquisa

---

26 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 26.

27 Idem. p. 27.

28 SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 71.

29 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 220.

30 Cf. KÖCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 108.

31 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 31.

pode comprovar ou rejeitar as hipóteses<sup>32</sup>. Não havendo nenhum problema, de ordem científica, na não confirmação da hipótese suscitada.

## 10 OBJETIVOS

Os objetivos revelam o resultado pretendido ou esperado pelo pesquisador, as etapas percorridas para alcançar seu desiderato e seu sucesso ou fracasso nesse percurso, de modo que guardam estreita relação com o problema de pesquisa e as hipóteses formuladas.

O objetivo geral relaciona-se com “uma visão global e abrangente do tema [...] e vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto”<sup>33</sup>. Enfim, revela a resposta ao problema de pesquisa e apresenta a solução esperada pelo leitor com título do TCC, sendo, portanto, um objetivo que guarda íntima conexão com o tema ou com o título do trabalho.

Os objetivos específicos possuem um “caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares”<sup>34</sup>. São as etapas percorridas para alcançar o objetivo geral, normalmente guardam relação com o título dos capítulos do trabalho. Assim, é razoável esperar que cada capítulo revele um objetivo específico que auxiliará na persecução do objetivo geral.

Após estabelecer os objetivos que deverão ser cumpridos ao longo da pesquisa a ser realizada, espera-se que o *tema de pesquisa* seja justificado, é dizer, que sejam revelados os motivos de ordem pessoal e científica que levaram o pesquisador a realizar a pesquisa, o que será examinado mais detalhadamente no item seguinte.

## 11 JUSTIFICATIVA

Após cumprir todas as etapas descritas acima, que possuíam certo caráter de subjetividade, posto que buscavam revelar ao pesquisador o seu tema de pesquisa, surge agora a necessidade de evi-

---

32 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 161.

33 Idem. p. 218.

34 Ibidem, p. 218.

denciar aos demais interessados (que pode ser o orientador, a instituição de fomento à pesquisa ou à banca examinadora) os motivos de ordem prática e teórica que revelam a importância, atualidade e necessidade da pesquisa.

Segundo Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, a justificativa deve enfatizar os seguintes aspectos: a) estágio em que se encontra a teoria relacionada ao tema; b) as contribuições teóricas que a pesquisa pode realizar; c) importância do tema de um ponto de vista geral; d) importância do tema para casos particulares; e) possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto; f) descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares<sup>35</sup>.

A justificativa consiste em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa. Deve enfatizar: a) o estágio em que se encontra a teoria que diz respeito ao tema; b) as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer: confirmação geral, confirmação na sociedade particular em que se insere a pesquisa, especificação para casos particulares, clarificação da teoria, resolução de pontos obscuros; c) a importância do tema do ponto de vista geral; d) a importância do tema para casos particulares em questão; e) possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto; f) descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares. g) A justificativa difere da revisão da bibliografia e, por esse motivo, não apresenta citações de outros autores<sup>36</sup>.

A justificativa difere da *revisão bibliográfica* e, por este motivo, não é recomendável citações de outros autores. Difere também da *teoria de base* ou *marco teórico*<sup>37</sup>, elemento unificador entre a pesquisa e o conhecimento teórico científico no qual se insere a pesquisa. Não deve explicitar o referencial teórico que se irá adotar, mas ressaltar a importância e atualidade da pesquisa no campo da teoria<sup>38</sup>.

35 Cf. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 218.

36 PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 120-121.

37 SARLO, Oscar. *El marco teórico en la investigación dogmática*. In: COURTIS, Christian; RODRÍGUEZ, Manuel Atienza (coord.). *Observar la ley: ensayos sobre metodología de la investigación jurídica*. Madrid: Editorial Trotta, 2006, p. 175-208. Disponível em: <<https://goo.gl/ACOqur>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

38 Cf. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 218.

Recomenda-se que a justificativa, apresente, os seguintes itens: a) tema de pesquisa; b) objeto de pesquisa; c) importância da pesquisa; d) atualidade da pesquisa; e) finalidade institucional da pesquisa; f) motivo da escolha do objeto de pesquisa; g) os objetivos (geral e específicos) que se pretende alcançar com a pesquisa; h) as delimitações espaciais e temporais da pesquisa; i) o problema de pesquisa; j) a(s) hipótese(s) que a pesquisa buscará comprovar; k) e estrutura provisória da pesquisa; l) a metodologia que será utilizada no desenvolvimento da pesquisa; m) as contribuições acadêmicas e sociais que serão proporcionadas com a realização da pesquisa.

Caso o aluno siga as recomendações feitas e adote as *atitudes científicas* sugeridas, certamente terá encontrado o *tema do seu TCC*. Em verdade, seguidas todas as orientações, o aluno estará diante de muito mais do que do *tema de pesquisa*, estará ciente da estrutura de seu *projeto de pesquisa*<sup>39</sup>.

## 12 CONCLUSÃO

Não é tarefa simples *escolher* o tema de pesquisa de um Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Ao longo do presente trabalho apresentou-se algumas sugestões de ordem prática, com a finalidade de desenvolver *atitudes científicas* no aluno/pesquisador, de modo a encontrar, por esforço próprio, um tema de pesquisa apropriado a sua realidade passada, presente e futura.

Refutou-se a ingerência de terceiros (professores) na indicação, sugestão ou recomendação de *temas de pesquisa* ao aluno, por entender que se trata de aspecto com alto índice de subjetividade e que deve ser identificado pelo próprio aluno, por meio de um processo de introspecção, no qual, a partir de suas experiências e pretensões, possa encontrar o tema que será o mais adequado para aquele momento de sua vida pessoal, acadêmica e profissional.

---

39 KÓCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 132-133. O projeto de pesquisa é um plano escrito onde aparecem explícitos os seguintes itens: a) tema, problema (o que é investigado?) e justificativa (porque é investigado?); b) objetivos (para que e para quem é investigado?); c) quadro de referência teórica (fundamentado em qual conhecimento?); d) hipóteses, variáveis e respectivas definições empíricas (que soluções ou explicações são sugeridas?); e) metodologia (como, como que ou com quem, onde?), especificando o design, a população, a amostra, os instrumentos e o plano de coleta, tabulação e análise dos dados; f) descrição do estudo piloto; g) orçamento (com quanto – que recursos financeiros são necessários?) e cronograma (quando – quanto tempo destinado a cada etapa?); h) referências bibliográficas (que fontes foram consultadas?); i) anexos: modelo dos instrumentos.

Como dito antes, não existe fórmula mágica nesse processo, existe, isso sim, muito esforço e dedicação para alcançar o objetivo da pesquisa jurídica: promover o progresso científico e social da comunidade em que o trabalho está inserido. Esforço e dedicação que serão compensados com o reconhecimento dos colegas, professores, familiares e dos beneficiados pelo seu trabalho.

Para obter esse reconhecimento, o aluno deverá, esquematicamente, observar os seguintes passos: área de concentração → linha de pesquisa → tema de pesquisa → objeto de pesquisa → revisão bibliográfica → delimitação do tema → formulação do problema de pesquisa → elaboração da(s) hipótese(s) → especificação dos objetivos pretendidos → justificativa da pesquisa.

A escolha do *tema de pesquisa* está fortemente relacionada com os projetos pessoais e profissionais do aluno, com aspectos relacionados às suas aspirações futuras, a partir de suas experiências passadas e atuais. Envolve, ainda, aspectos emocionais, financeiros e institucionais. Mas não há dúvida de que, ao que se dedica seriamente à pesquisa, mesmo que não venha a ser um pesquisador ou professor, estará se habilitando a pensar cientificamente nas formas de resolver os problemas, reais e cotidianos, que a vida reserva a cada um de nós.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Livro sem fim**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 1995.
- ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1973.
- BARTHES, Roland. **Aula**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. **A arte da pesquisa**. 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Em busca do conceito de linha de pesquisa. **Rev. adm. contemp.** [online]. 2003, vol.7, n.2, pp.157-170. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000200009>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES n. 9, de 29 de setembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 1º de out. de 2004, Seção 1, p. 17 e 18. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces092004direito.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Elsevier, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SABINO, Carlos. **El proceso de investigación**. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Lumen Hymnitas, 1996.

SARLO, Oscar. El marco teórico en la investigación dogmática. In: COURTIS, Christian e Rodríguez, Manuel Atienza (coord.). **Observar la ley: ensayos sobre metodología de la investigación jurídica**. Madrid: Editorial Trotta, 2006, p. 175-208. Disponível em: <<https://goo.gl/ACOqur>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.